



DO SERTÃO AO MODERNO MÉDIO RIO DOCE: OS CAMINHOS DA OCUPAÇÃO DO VALE DO RIO DOCE

Michelle Nunes de Moraes*

Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE

michelle-mg2@hotmail.com

RESUMO: Este artigo apresenta o modo pelo qual ocorreu a ocupação do Sertão do Rio Doce Estado de Minas Gerais. Para tanto, trabalha-se com elementos sociais e históricos que vêm desde o século XIX e alguns relatos que constituem o imaginário sobre a região, elaborados desde o Século XVIII. A hipótese central é que o moderno Vale do Rio Doce recebeu as suas características através de ações orientadas para o objetivo de ocupar o Sertão, ações essas que foram amparadas no imaginário cunhado no decorrer período colonial. O movimento de ocupação de tal espaço mesmo no decorrer do século XX, foi amparado no imaginário do sertão como sendo um lugar inóspito, selvagem, vazio, deserto e habitado por selvagens e/ou vadios, preguiçosos e ociosos.

PALAVRAS-CHAVE: Sertão – Ocupação – Imaginário.

FROM DEEP JUNGLE COUNTRYSIDE TO MODERN RIO DOCE VALLEY: THE WAYS OF ITS OCCUPANCY

ABSTRACT: This article presents the way of occupancy of countryside in the Rio Doce Valley Region (Minas Gerais- Brazil). Having this in mind, it deals with some social-historical elements remaining from the XIX century and some imaginary reports surviving since XVIII century. The central hypothesis is that the territory of the now modern Middle Rio Doce received its current features via some intentional actions having as goal the occupancy of the Sertão (void countryside). These actions were supported through imaginary accounts coined centuries before. In these narratives, accepted even in the XX century, this piece of Brazilian territory would be an inhospitable, wild, empty, desert place. When people were at stake they were represented as barbaric, loafer, lazy and idle.

KEYWORDS: Deep Countryside (Sertão) – Occupancy – Imaginary.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

* Licenciada em História pelo UNILESTE, mestre em História pelo PPGHis/UnB e doutora em História pelo PPGH/UNISINOS. Atualmente realiza estágio Pós-doutoral na Universidade Vale do Rio Doce. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

A partir da década de 1930, o Sertão do Rio Doce tornou-se uma nova fronteira agrícola no Estado de Minas, por isso, esta área recebeu incentivos fiscais e investimentos da União e do Governo Estadual para seu desenvolvimento. Até esse período a região ainda era considerada incivilizada, pouco habitada e com uma população pobre e ignorante. As ações de povoamento da região, nesse período, inserem-se na perspectiva da “civilização dos sertões” e do desenvolvimentismo varguista (BORGES, 1991, p. 175-178; CAROLA, 2004, p. 6; GOMES, 2007, p. 170-171).

Para se compreender o modelo de ocupação populacional impetrado na primeira metade do século XX é preciso analisar a construção do imaginário sobre o lugar chamado “Sertão” no decorrer do período colonial e do império. No período colonial o Sertão do Rio Doce foi espaço de diversas políticas que iam deste a proibição de um povoamento mais consistente até tentativas de promoção do desenvolvimento, de ocupação da área e inserção da mesma à economia colonial (ESPINDOLA, 1998, p. 150; BORGES M., 1991, p. 176-177).

Em fins dos anos 1930, as políticas desenvolvimentistas, o saneamento e o incentivo da parte do Estado para aquisição de terras trouxeram novos interesses para a região. O Estado de Minas Gerais incentivou e priorizou a constituição da grande propriedade em um novo movimento de ocupação.

Nesta análise, os movimentos de ocupação são compreendidos a partir dos conceitos de “Frente de Expansão” e “Frente Pioneira” do sociólogo José de Souza Martins (1996, 1975). A primeira “entrada” que ocorreu neste sertão entre o século XIX e nas primeiras décadas do século XX, caracterizou-se como Frente de Expansão. Essa Frente vem definida pelo Martins como avanço de uma fronteira demográfica. Por outro lado, entrada populacional que se deu a partir de fins da década de 1930 foi caracterizada como Frente Pioneira e vem caracterizada como fronteira econômica. Nessa perspectiva, a Frente de Expansão se movia amparada na cultura da “agricultura de roça”. A relação da fronteira demográfica com a terra embasava-se em períodos de cultivo e períodos de descanso (pousio), enquanto a fronteira econômica tem como principal fim a incorporação de novos territórios na economia de mercado.

Nesse contexto foi empreendido um grande esforço para moldar aquele espaço bravo em território. Claude Raffestin diferencia espaço e território. Segundo ele “O espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de

uma ação conduzida por um ator sintagmático (...) em qualquer nível.” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Álvaro Luiz Heidrich sustenta que o esforço empreendido na transformação e as disputas pela apropriação do espaço envolvem formas de territorialização e territorialidades, no caso estabelecimento de limites e domínio. O território é a fase caracterizada pela “relação que envolve apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação.” (HEIDRICH, 2004, p. 38). A partir destes instrumentos de análise, pode-se dizer que no processo de apropriação do Sertão do Rio Doce e nas disputas engendradas para sua transformação foi sendo constituído o território do Médio Rio Doce.

O SERTÃO DO RIO DOCE

O Médio Rio Doce¹ foi uma região de extrema importância para o Estado mineiro na primeira metade do século XX. A história dessa região vincula-se de maneira estreita à história do Sertão do Rio Doce. O Médio Rio Doce foi sendo construído a partir das ações voltadas para a ocupação do sertão, sendo que elas foram pautadas em um imaginário amparado em cima de um escopo de ideias negativas.

Quanto ao conceito de imaginário, aqui será trabalhado segundo a definição de Sandra Pesavento. Para ela “o imaginário faz parte de um campo de representação e, como expressão do pensamento, se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade”, entretanto as imagens e discursos “não são expressões literais da realidade, como um fiel espelho.” (PESAVENTO, 1995, p. 15).

O discurso tende a ser mistificador. Segundo Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2011, p. 30) o que se pode “encontrar de comum entre todos os discursos, vozes e imagens (...) é a estratégia da estereotipização”, quando ele é assertivo e repetitivo, apresentando-se de forma arrogante.

O LUGAR

¹ Ney Strauch (1955), no estudo “A Bacia do Rio Doce”, dividiu a bacia do rio Doce em 3 seções: Alto Rio Doce, Médio Rio Doce e Baixo Rio Doce. O Médio Rio Doce foi delimitado entre a foz do Rio Piracicaba e a barra do Manhuaçu. O Médio Rio Doce (ou Vale do Rio Doce propriamente dito) compreende o Oeste, o Noroeste, o Norte e o Leste da bacia.

O Sertão do Rio Doce, no *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, era tido como sertão da Bahia (SOUSA, 1938, p 429-432). Localizava-se na jurisdição da Capitania Geral da Bahia, sendo o rio Doce o limite entre a capitania do Espírito Santo doada a Vasco Fernandes Coutinho, em primeiro de junho de 1534, e a Capitania de Porto Seguro doada a Pedro de Campos Tourinho, em 27 de maio de 1534 (ALMEIDA, 1868, p. 19 e 20). O mapa abaixo mostra a demarcação do Sertão Leste, as áreas de influência das Comarcas e alguns Distritos. O Sertão Leste – ou Sertão do Rio Doce – é toda a área representada como floresta ao leste da província, que faz limite com a Província do Espírito Santo, Bahia e Rio de Janeiro.

Figura 1. Mapa da Província das Minas Gerais



Fonte: CARRATO 1969.

Entre 1660 e 1662 o bandeirante paulista Fernando Dias Paes Leme entrou no sertão pelo Nordeste da serra da Mantiqueira e encontrou minas de esmeraldas. Tempos depois, o paulista Antonio Rodrigues Arzão entrou no Sertão do Rio Doce à procura de índios e deu com a presença de ouro na região Cuieté. Tal fato atiçou o interesse de colonos de toda parte e iniciou-se a corrida do ouro e os conflitos não tardaram a aparecer. Os combates e lutas motivados pela cobiça do ouro fez com que a Coroa criasse a

Capitania Geral de São Paulo e Minas Gerais em 1709 e, em 1720, criou-se a Capitania Geral das Minas Gerais. Entretanto, o território inicial da Capitania não ultrapassava o território da comarca de Mariana (ALMEIDA, 1868, p. 27).

Em 1700, visando coibir o contrabando e extravio do ouro, a Coroa proibiu a circulação de pessoas por outras vias que não a oficial, isto é, pelo porto do Rio de Janeiro. Impôs-se severas restrições à circulação e ao acesso de pessoas à área de mineração pelo rio Doce e seus afluentes, fechando o acesso ao Sertão do Rio Doce tanto pelas Minas como pela Província do Espírito Santo. Porém, na segunda metade do século XVIII, as minas apresentaram os primeiros sinais de esgotamento e o sertão do Rio Doce tornou-se a fronteira de expansão natural, por isso os documentos oficiais dos Governadores da Província das Minas Gerais trouxeram constante preocupação com a ocupação do rio Doce. Em 1703 foi emitida nova ordem em que se proibia a abertura de qualquer picada ou caminho até que se implatasse um meio de arrecadação do quinto. Em 1733, foi proibida a abertura de caminhos e picadas onde não havia arrecadação e as posses que existissem nesses caminhos ficariam “pedidas”. Em 1738 e 1757 também foi proibido o lançamento de posses – sesmarias – nos sertões vizinhos às regiões mineiradoras (ESPINDOLA 2008, p. 71-75; PAIVA, 2012; CARNEIRO, 2013, p. 200; 207).

DISCURSOS E IMAGINÁRIO: O LENTO DESENVOLVIMENTO

As ações voltadas para a ocupação do Sertão do Rio Doce moldaram o imaginário que se construiu acerca do lugar, o que foi corroborado pelos viajantes estrangeiros que exploraram a região no século XIX. No decorrer daquele século, o Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, August de Saint-Hilaire e William John Steains ofereceram relatos que muito contribuíram para sedimentar um imaginário que se formou acerca do sertão ao longo do período colonial, fornecendo um arsenal de informações a respeito do sertão e do sertanejo. Por meio desses relatos é possível situar e compreender as ações de ocupação e civilização voltadas para a interiorização da Colônia como um todo.

Para Flora Medeiros Lahuerta (2006) o contexto das expedições europeias nas terras do Novo Mundo veio da ânsia do homem iluminista em conhecer e dominar a natureza, assim como registrá-la em coleções. Sendo assim, ela observa que os viajantes partiam para o Brasil dotados de “conhecimento” prévio. Com isso em mente, eles

Iriam observar o continente “Novo”, com habitantes que – já que novos... eram também exóticos e “inferiores”, ainda intocados pela civilização. Na maioria dos autores e filósofos iluministas nota-se um eurocentrismo, em maior ou menor grau, e uma grande influência do pensamento hegeliano, para o qual a natureza e os habitantes em estado selvagem careciam do espírito que movia o Velho Mundo, ou seja, o de realizações históricas (LAHUERTA 2006).

O discurso civilizador dos viajantes do século XIX pautou o imaginário acerca do sertão até a década de 1930, permeando a política desenvolvimentista de Getúlio Vargas. A ideia era a de um país em que a civilidade teria que ser construída, entretanto tendo em sua natureza exótica e pitoresca a sua grande potencialidade. Esse imaginário para Pesavento (1995, p. 15) está “no domínio da representação, [em que] as coisas ditas, pensadas e expressas têm um outro sentido além daquele manifesto.” Nessa perspectiva, o sentido do enunciado está para além do que se pretende dizer.

Na primeira década do século XIX, o Sertão foi visto como a solução para a decadência da Província das Minas Gerais. O “selvagem” era visto como o principal empecilho à sua colonização, mas, também, havia o problema das febres e as cachoeiras que dificultavam a navegação do rio Doce (CAMBRAIA, 1988, p. 141).

Por outro lado, deve-se ter presente que, com a tomada do litoral no início da colonização, os índios adentraram para o interior. Com a descoberta de ouro e diamante no centro da colônia, no lugar que veio a se tornar a Província das Minas Gerais, os índios se concentraram no Sertão do Rio Doce. Quando da tentativa de se colonizar essa área, os índios estavam ilhados – entre a região das minas e o mar –, sem território para se refugiar, restando-lhes como saída a guerra com os colonos (CAMBRAIA, 1988, p. 142).

Foi no período imperial que o sertão ganhou especial atenção. Sendo este território definido como bárbaro e inóspito e com isto precisava ser civilizado (MORAES, 2003). O eixo-conceito de comparação deixou de ser o litoral, para ser a corte, a cidade. Sendo assim, no decorrer do século XIX, o termo “sertão” foi utilizado para designar os espaços “despovoados” ou povoados por gentios bravios e não somente uma área interior (AMADO, 1995, p. 148).

Cabe ressaltar que o imaginário do sertão foi construído sobre o desconhecido. Segundo Antônio Carlos Robert Moraes (2003), o “sertão” era um símbolo que servia para definir determinadas condições locais. Não era um local material e sim uma condição cuja designação foi dada a diversos lugares diferentes. O que definia o sertão

era o discurso valorativo construído para normatizar a ação política de ocupação ou reocupação.

Trata-se de um símbolo imposto – em certos contextos históricos – a determinadas condições locacionais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de sua valoração. Enfim, o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica (MORAES 2003).

No início do século XIX, já não se sustentava mais esse discurso mítico. Naquele contexto, as expedições dos viajantes Europeus tiveram importante papel para levar a se conhecer o sertão aos próprios brasileiros.

Quando da expedição do Wied-Neuwied² (1940, p. 152) ao Sertão do Rio Doce, segundo o próprio viajante, o sertão encontrava-se quase totalmente desabitado. Wied-Neuwied acessou o sertão pelo litoral da Província do Espírito Santo. Àquela época, o Governador da Província havia instalado alguns quartéis às margens do rio Doce e fundado a vila de Linhares para onde enviara os indesejados da Província – desertores e criminosos – com o fim de povoar o sertão capixaba. O viajante em pauta considerou a vila insignificante. Os soldados eram recrutados entre os índios, crioulos, mamelucos e mulatos; o soldo era insuficiente e fazia com que eles mesmos produzissem sua alimentação que era basicamente peixe, farinha de mandioca, feijão preto e carne de porco que por sinal era escassa. Para Wied-Neuwied o motivo de a região ser desabitada era por ser *habitat* dos antropófagos Botocudos.

Se acessando o Sertão pelo Litoral ele se apresentava como selvagem, pela zona mineradora das Minas Gerais a situação era similar. Na primeira vez que August de Saint-Hilaire (1938, p. 325-348) esteve nos sertões do Rio Doce, em abril de 1817, Peçanha era o último povoamento das Minas em direção ao Sertão. Na viagem da Vila do Príncipe – Serro – à Peçanha a população tornava-se cada vez mais escassa e pobre. O Saint-Hilaire descreve que o povoado de Peçanha contava com poucas casas e de aspecto miserável. A população girava em torno de 1.200 pessoas que viviam, segundo o explorador, entre o tédio e o ócio. O viajante observa que, antes da implantação do Destacamento Militar, escravos fugidos assentaram-se na região e conviviam com os índios Malalis.

Observa-se, nas falas dos viajantes, referência à população pobre composta de mestiços, negros, índios e, sobretudo, vagabundos, desertores e criminosos, o que se

² A viagem do naturalista alemão, Príncipe Wied-Neuwied, foi realizada ao Brasil entre de 1815 a 1817. Esse relato foi publicado em formato de livro, no Brasil, em 1940.

agravava pelo fato de a região já há muito tempo servir como Presídio e lugar de degredo (ESPINDOLA, 2008, p. 72-73). Essa população que ocupou o Sertão do Rio Doce era considerada marginal e foi vista como o motivo da dificuldade de se desenvolver a região o como um todo e o comércio em especial. Além disso, havia também o discurso de que era preciso civilizar aquela gente.

Pela Província do Espírito Santo a partir da Vila de Linhares e pela Província das Minas Gerais a partir da Vila de Peçanha, não havia mais povoação conhecida pelos viajantes. Para eles, entre Linhares no Espírito Santo e Peçanha nas Minas Gerais, havia um grande deserto populacional, somente floresta.

O debate acerca do artigo apresentado por Willian John Steains (1888, p. 64-79) à *Royal Geographical Society* traz algumas considerações importantes sobre a visão que os exploradores tinham da população do sertão. A primeira é o fato de Steains somente considerar as povoações com população branca e desconsiderar as de índios semicivilizados – ou civilizado; a segunda referência diz respeito a ele se referir aos habitantes do sertão como matutos; e a terceira se relaciona ao fato de chamá-los de degenerados psicologica e moralmente.

Para Luiz Francisco Albuquerque Miranda (2006) houve uma mútua adesão no imaginário da colônia com o imaginário do viajante e vice-versa. Miranda analisa que essa visão do caipira como um ser inferior já estava difundida em São Paulo. Por conseguinte, as descrições do modo de vida do sertanejo, pelos viajantes, serviram para moldar uma “imagem decisiva para as interpretações posteriores da realidade brasileira”.

A política de extermínio levada a cabo pela Coroa, na presença dos soldados dos quartéis de pacificação, mas também pelos colonos, foi amparada no discurso do selvagem antropófago. A população indígena foi lentamente sendo extinta. Fazendeiros e extrativistas “contratavam jagunços conhecidos como ‘matadores de aldeia’ para chacinar tribos inteiras.” (ESPINDOLA, 2008, p. 83).

Apesar de todos os esforços empreendidos pela Coroa e pelos Governadores das Províncias do Espírito Santo e das Minas Gerais na última década do império, o Vale do Rio Doce ainda era, no discurso oficial, desabitado. As florestas na sua margem norte eram intocadas e os assentamentos no seu percurso eram insignificantes. A floresta formava uma muralha, quase impenetrável, sendo vencida somente com o uso de machado e facão. Um exemplo disso seria a vila de Linhares insignificante e habitada por

camponeses que não tinham ocupação certa e, em grande parte, eram vadios (STEAINS, 1888, p. 62-68; 77-78).

Cabe ressaltar que Steains (1888) disse que a primeira vila na Província das Minas Gerais era a Vila de Figueira, nesse período, contudo, a região já tinha diversas povoações. No final do século XVIII já haviam se instalado cinco povoações no Sertão do Rio Doce, sendo que depois surgiram mais dezessete na primeira metade do século XIX.

Para Carneiro (2013, p. 354), essa população rarefeita e as densas matas contribuíram para a imagem da região como um vazio, assim como para a não elevação das povoações à categoria de vilas. As primeiras elevações de povoações a esse status, no Sertão, foram somente na década de 1870.

Pode-se aferir que o imaginário construído a partir do discurso do vazio demográfico contribuiu para a não elevação das povoações ao *status* de vila ou de freguesia, e a não elevação de *status* contribuiu para sedimentar o discurso do vazio demográfico.

De fato, à margem da precária política de ocupação oficial, o sertão foi sendo ocupado por uma população alijada do acesso à terra pelo sistema sesmarial. A “entrada” se dava por grupos de famílias que praticavam economia de autossustento pela técnica da coivara. A produção era voltada para consumo da família, não estando inserida na economia da província (CARNEIRO, 2013 p. 370-371). Essa ocupação populacional foi bastante lenta no decorrer do século XIX.

O Recenseamento Geral de 1872 corrobora com a descrição de Steains sobre a região. Apenas quatro povoações do Rio Doce e Mucuri apareceram no censo: Peçanha, Antônio Dias, Sabinópolis (São Sebastião dos Correntes) e Teófilo Otoni (Philadelphia). A população dos quatro distritos era de 35.454 pessoas, o que correspondia a 1,73% da população da Província. Se se levantar a população das Paróquias as quais os distritos pertenciam, tem-se uma população de 74.637 pessoas, que correspondia a 3,65% do total da Província. Essa seria a população do entorno do sertão: Conceição do Serro, São Domingos do Prata, Santana dos Ferros, Abre Campo e Santa Margarida (IBGE, 1872, p. 114-118).

Nos vinte anos subsequentes houve uma aceleração no ritmo de entrada da população. No Recenseamento Geral de 1890, o primeiro da República, é possível delimitar a população do Médio Rio Doce, que era de 145.357 pessoas e correspondia

O sertão será deslocado cada vez para mais além, em relação à região central da Província, sendo progressivamente jogado para o limite da Província do Espírito Santo. Ainda assim, uma extensa zona entre Peçanha e o Espírito Santo, Itambacuri e Caratinga era considerada, pelo discurso oficial, um vazio, com uma população rarefeita e produção agrícola muito baixa e mesmo insignificante (ROSA, 1976, p. 117).

Um fator crucial para a ocupação do Sertão do Rio Doce foi a construção de estradas de ferro no final da segunda metade do século XIX e início do século XX. Foram implantadas três estradas de ferro ligando o “Sertão” às Províncias do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia: Estrada de Ferro Leopoldina (Sul do Sertão do Rio Doce, Zona da Mata, Vale do Rio Paraíba); Estrada de Ferro Vitória à Minas no médio Rio Doce; e Estrada de Ferro Bahia à Minas (Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha).

Na década de 1930, o interesse em explorar os recursos naturais no Quadrilátero Ferrífero fez com que o interesse do poder público se voltasse para a região. Em Figueira – mais tarde Governador Valadares – foi instalada em 1931, a primeira agência bancária e foi construída uma estrada ligando Figueira a Peçanha e outra ligando Figueira a Itambacuri. Também em 1937, foi instalada a empresa siderúrgica Belgo Mineira, em João Monlevade (BORGES 1991, p. 176; ESPINDOLA, 1998, p. 152-153).

A instalação das siderúrgicas em Sabará, João Monlevade e Barão de Cocais transformou as matas do médio Rio Doce em fonte de energia e de atração. A Belgo Mineira incentivou a legitimação de terras junto à Secretaria de Agricultura e o comércio exclusivo de madeira com a sua subsidiária Companhia Agropastoril (ESPINDOLA, 1998, p. 150).

No discurso político de Vargas, o sertão aparecia como inimigo da nação e perigo para a sua integridade. A partir de 1937, a orientação política voltou-se para acelerar o seu desenvolvimento econômico. Várias medidas foram tomadas com o fim de incrementar a economia, sendo que o desenvolvimento da siderurgia era visto como uma forma de superar a separação entre os “dois brasis”: o desenvolvido e o atrasado. A visão do Brasil cindido em civilizado e outro a ser civilizado ainda imperava na década de 1930 e pautou a política desenvolvimentista do Estado Novo, tendo como foco o desenvolvimento industrial (CORSI, 1997, p. 93).

O discurso do presidente é importante por trazer uma imagem do sertão como sinônimo de isolamento e falta de contato com a civilização, ambos considerados forças desintegradoras para o país. Identificam-se nesses resquícios o imaginário construído

pelos viajantes. Para Carlos Renato Carola (2004, p. 6-8), o caipira concebido como *Jeca Tatu*³ foi incorporado nos discursos da classe política e de intelectuais e literatos, sofrendo algumas modificações, porém, mantendo a essência de um “sujeito qualificado como ‘ignorante’”.

Em 1942, no contexto da Segunda Guerra Mundial, foram assinados os *Acordos de Washington* e implantados os projetos Rio Doce e Mica, visando à salubridade da região para a implantação futura de indústrias. Tal acordo tinha como fim a extração de um mineral chamado Mica que, na época, era muito importante para a indústria bélica, por isso em 14 de março de 1942, foi firmado acordo de cooperação entre o Brasil e os EUA para a Saúde Pública e o Médio Rio Doce passou a ser beneficiado com o programa (VILARINO, 2008, p. 70-74).

O Estado de Minas Gerais, nesse contexto, colaborou com concessão de terras. A facilitação da alienação de terras públicas à particulares foi o meio encontrado pelo Estado para abarrotar os cofres públicos, levantando assim recursos para abrir estradas e para a construção de usinas hidrelétricas. Com a devastação rápida das matas para fabrico de carvão para abastecer a siderurgia foi implantada a pecuária e ensejou a degradação ambiental. (MORAIS, 2017, p. 23, 131-132, 244).

A implantação de indústria siderúrgica, a extração de mica e a constituição das fazendas de criação de gado foram possíveis com o saneamento do médio Rio Doce e o processo findou com a transição do Sertão para Médio Rio Doce moderno. A presença Norte Americana facilitou a “higienização” do Sertão do Rio Doce. Fechou-se o ciclo da fronteira: o médio Rio Doce não era mais Sertão.

³ A personagem Jeca Tatu foi criada pelo escritor Monteiro Lobato, tendo sido apresentado ao público pela primeira vez no ano de 1914 em artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo*.

Figura 3. Mapa lolizando o Médio Rio Doce



Fonte: ABREU 2006

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas voltadas para o desenvolvimento e implantação da indústria no Médio Rio Doce, a partir da década de 1930, ampararam-se num discurso de um lugar inóspito, deserto, vazio, etc. e habitado por uma população de vadios, ociosos e preguiçosos. Pode parecer inconsistente o discurso sobre um lugar que é considerado vazio e ao mesmo tempo habitado por pessoas referidas sempre por adjetivos negativos, mas não é. É nessa contradição que se ampara o discurso, pois ele não é uma representação fiel do objeto retratado e sim um construto social, na qual aquilo que é dito tem sentido para além do que se diz. O discurso tanto do vazio quanto do sertanejo degenerado justifica a violência das políticas ocupacionais voltadas para a submissão – integração – do lugar. De fato, a imagem do morador do sertão como um ser desprovido de ação motivou a falta de políticas voltadas para a fixação do sertanejo à terra e a priorização da concessão de terras devolutas a detentores de capital agrário e industrial.

A ocupação da última fronteira agrícola do Estado de Minas Gerais pelo capital agrário e industrial – frente pioneira – foi amparada pelo imaginário do Sertão cunhado no decorrer dos séculos XVIII e XIX. Tal imaginário foi construído sobre um lastro de ideias negativas e subsidiou uma política de ocupação que levou à expulsão dos

sertanejos/caipiras de suas terras para implantação de grandes empreendimentos agropecuários.

O imaginário acerca do sertão viabilizou uma coesão do discurso oficial e justificou o modelo de ocupação que moldou o território do Médio Rio Doce. O território do Médio Rio Doce foi sendo produzido pela ação dinâmica dos indivíduos e suas relações de poder, que se deram na forma simbólica, cultural e identitária, sempre constituídas e embasadas no discurso de uma região inóspita, selvagem, incivilizada, sendo assim, a violência impetrada para o seu sometimento seria justificada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Raphael Lorenzeto. **Map of Minas Gerais state**. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:MinasGerais_MesoMicroMunicip.svg, 2006. Acesso em: 13 dez. 2016.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, Candido Mendes de. **Atlas do Imperio do Brazil compreendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judiciarias**: dedicado a Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II. Rio de Janeiro: Lithographia do Insituto Pholomathico, 1868. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179473>>. Acesso em: 31 jun. 2016.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15 p. 145-151, 1995. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view-File/1990/1129>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

BORGES, Maria Elisa Linhares. A recriação de uma fronteira: a luta pela terra no leste de Minas Gerais. **Revista de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, 1991, p. 173-201, 1991, Separata n 73.

CAMBRAIA, Ricardo de Bastos; MELO, Fábio Faria. A colonização dos Sertões do Leste Mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780-1836). **Revista Departamento de História**, Belo Horizonte, n. 6, p 137-150, jul. 1988.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Do sertão ao território das Minas e das Gerais**: entradas e bandeiras, políticas e formação espacial no período colonial. Tese (Doutorado

em Geociências), Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

CAROLA, Carlos Renato. Jeca Tatu e o Processo Civilizador da Família Rural Brasileira. *In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO*. 8, 2004. João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFP, 2004, 8 p. *online.*: Disponível em: <http://www.uel.br/grupoestudo/processoscivilizadores/portugues/siteanais8/trabalho.htm>. Acesso em: 10 jun. 2015.

CARRATO, José Ferreira. **Capitania de Minas Gerais nos fins da Era Colonial**. [S.I: s.n], 1969. Mapa.

CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. Sertão, Território e Fronteira: expansão territorial de Minas Gerais na direção do Litoral. **Fronteiras: Revista de História**, Dourados, v. 10, n. 17, p. 69-96, jan./jun. 2008: Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/63>. Acesso em: 15 mar. 2015.

_____. A História de uma formação socio-econômico urbana: Governador Valadares. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 19, p. 148-163, 1998.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Território socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. *In: RIBAS, Alexandre Domingos; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. 35 p. *Online.* Disponível em: http://labes.weebly.com/uploads/4/2/5/4/42544/territorio-_incluso.pdf Acesso em: 15 mar. 2015.

LAHUERTA, Flora Medeiros. Viajantes e a construção de uma idéia de Brasil no ocaso da colonização (1808-1822). **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v.10, n. 64, 2018, *online*. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-64.htm>. Acesso em: 2 set. 2015.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento do Brasil em 1872**. Rio de Janeiro: Typographia do G. Leuzinger & Filhos, [1872]. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/-Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf. Acesso em: 12 dez. 2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890**. Rio de Janeiro: Oficina da estatística, 1898. Disponível em: [file:///C:/Users/Dell/Downloads/000007221%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Dell/Downloads/000007221%20(4).pdf). Acesso em: 12 dez. 2016.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil.** São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. O Tempo da Fronteira: o retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social: Revista Sociologia**, São Paulo, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86141>. Acesso em: 26 jan. 2014.

MINAS GERAES. **LEI Nº 2132, de 25 de outubro de 1875.** Eleva à categoria de villas as freguezias de Pessanha e S. Miguel e Almas. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/3661>. Acesso em: 14 dez. 2016.

MINAS GERAES. **LEI Nº 2486, de 9 de Novembro de 1878.** Crêa o município de Philadelphia, com a séde na cidade de Theophilo Ottoni. Disponível em: [file:///C:/Users/Dell/Downloads/Leis%20Mineiras%2018781881%20\(2%20C2%AAparte\)%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Dell/Downloads/Leis%20Mineiras%2018781881%20(2%20C2%AAparte)%20(1).pdf). Acesso em: 14 dez. 2016.

MIRANDA, Luiz Francisco Albuquerque de. Os primórdios do Jeca: os caipiras nos relatos de viagem. *In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA*, 18. 2006. Assis. **Anais...** Assis: UNESP-ANPUH, 2006.

MONTEIRO, J.; OLIVEIRA, F. de. **Novo Atlas de Geographia.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Paulo de Azevedo & Cia, 1927.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão. **Terra Brasilis**, Niterói, n. 4-5. *online*, abr./maio 2003: Disponível em: <http://terrabrasilis.revues.org/341>. Acesso em: 08 jun. 2013.

MORAIS, Michelle Nunes de Moraes. **Posse e propriedade no Médio Rio Doce – MG: processos administrativos de concessão de terras (1940-1960).** Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio do Sinos, São Leopoldo, 2017.

NEUWIED, Maxililliano Príncipe de Wied. **Viagem ao Brasil.** São Paulo. Rio de Janeiro – Recife – Pôrto Alegre. São Paulo: Editora Nacional, 1940. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-ao-brasil-nos-anos-de-1815-a1817/pagina/-164/texto>. Acesso em: 2 jun. 2015.

PAIVA, Adriano Toledo. Conhecimentos do território: as expedição de conquista e as classificações das nações indígenas nos rios Piracicaba e Doce (1765-1800). *In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA*, 15. 2012. Diamantina. **Anais...** Diamantina: UFMG-CEDEPAR, 2012, *online*. Disponível em: https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/-download/diamantina-2012/conhecimentos_do_territorio.pdf Acesso em: 2 jun. 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995. Disponível em: [file:///C:/Users/Dell/Downloads/sandrajatahy%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Dell/Downloads/sandrajatahy%20(1).pdf). Acesso em: 15 fev. 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

ROSA, Léa Brígida Rocha de Alvarenga. *Companhia Estrada de Ferro de Vitória a Minas*. 1976. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Segunda viagem ao interior do Brasil – Espírito Santo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/segunda-viagem-ao-interior-do-brasil-espírito-santo/pagina/5/texto>. Acesso em: 2 jun. 2015.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo – Rio de Janeiro – Recife – Porto Alegre. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-pelas-provincias-do-rio-de-janeiro-e-minas-gerais-t-1/pagina/7/texto>. Acesso em: 02 de junho de 2015.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo - Rio de Janeiro - Recife - Porto Alegre. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/tratado-descritivo-do-brasil-em-1587/preambulo/8/-texto>. Acesso em: 12 maio 2015.

STEAINS, Wm. John. An Exploration of the Rio Dôce and its Northern Tributaries (Brazil). In: PROCEEDINGS OF THE ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY, v. 10, n. 2, 1888 (16 jan.). *Online*. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/search:site/q/Steains>. Acesso em: 4 abr. 2012.

VILARINO, Maria Terezinha Bretas. **Entre Lagoas e Florestas: atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) no saneamento do Médio Rio Doce: 1942-1960**. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

RECEBIDO EM: 31/03/2020

PARECER DADO EM: 31/07/2020